



Diário Oficial Eletrônico



Teresina (PI) Quarta-feira, 18 de agosto de 2021 - Edição nº 154/2021

CONSELHEIROS

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
(Presidente)

Abelardo Pio Vilanova e Silva

Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Waltânia Maria N. de S. Leal Alvarenga

Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Kleber Dantas Eulálio

Jaylson Fabianh Lopes Campelo
(Cons. em Exercício)

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

PROCURADORES

José Araújo Pinheiro Júnior
(Procurador-Geral)

Leandro Maciel do Nascimento

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Plínio Valente Ramos Neto

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Secretária das Sessões
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo

TERESINA - PI, Disponibilização: Terça-feira, 17 de agosto de 2021

Publicação: Quarta-feira, 18 de agosto de 2021
(Resolução TCE/PI nº 18/11 de 11 de novembro de 2011)

SUMÁRIO

ATOS DO PLENÁRIO.....	02
ATOS DA PRESIDÊNCIA.....	07
EDITAIS DE CITAÇÃO.....	09
ATOS DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA.....	09
ACÓRDÃO E PARECERES PRÉVIOS.....	10
DECISÕES MONOCRÁTICAS.....	17

ACOMPANHE AS AÇÕES DO TCE-PIAUI



www.tce.pi.gov.br



<https://www.youtube.com/user/TCEPiaui>



www.facebook.com/tce.pi.gov.br



@Tcepi



tce_pi

Atos do Plenário

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL

DECISÃO Nº 763/21

EX. EXTRAPAUTA. PROCESSO TC/012829/2021 – REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR ALTERA PARS. Objeto: ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao TCE/PI, atinentes ao exercício de 2021. Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DO PIAUÍ. Representante: Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM. Representado: Fábio Alves da Silva – Presidente. Relator: Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 332/2021-GAV (peça nº 5), proferida no Processo TC/012829/2021, disponibilizada no DOE nº 149, em 09/08/2021, com data de publicação de 10 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL

DECISÃO Nº 764/21

EX. EXTRAPAUTA. PROCESSO TC/012820/2021 – REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE BLOQUEIO DE CONTAS. Objeto: ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao TCE/PI, atinentes ao exercício de 2021. Unidade Gestora: P. M. DE BARREIRAS DO PIAUÍ. Representante: Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM. Representado: Manoel Aroldo Barreira Filho – Prefeito Municipal. Relator: Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 336/2021-GKB (peça nº 5), proferida no Processo TC/012820/2021, disponibilizada no DOE nº 149, em 09/08/2021, com data de publicação de 10 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL

DECISÃO Nº 765/21

EX. EXTRAPAUTA. **PROCESSO TC/012827/2021** – REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE BLOQUEIO DE CONTAS. Objeto: ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao TCE/PI, atinentes ao exercício de 2021. Unidade Gestora: C. M. DE GILBUÉS. Representante: Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM. Representado: Dimas Rosa Medeiros – Presidente. Relatora: Cons^a. Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 349/2021-GWA (peça nº 5), proferida no Processo TC/012827/2021, disponibilizada no DOE nº 149, em 09/08/2021, com data de publicação de 10 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL.

DECISÃO Nº 766/21

EX. EXTRAPAUTA. **PROCESSO TC/012833/2021** – REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE BLOQUEIO DE CONTAS. Objeto: ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao TCE/PI, atinentes ao exercício de 2021. Unidade Gestora: C. M. DE RIO GRANDE DO PIAUÍ. Representante: Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM. Representado: Raul Arruda de Oliveira – Presidente. Relator: Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 357/2021-GJC (peça nº 5), proferida no Processo TC/012833/2021, disponibilizada no DOE nº 149, em 09/08/2021, com data de publicação de 10 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL

DECISÃO Nº 767/21

EX. EXTRAPAUTA. PROCESSO TC/012824/2021 – REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE BLOQUEIO DE CONTAS. Objeto: ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao TCE/PI, atinentes ao período de janeiro a abril relativo ao exercício de 2021. Unidade Gestora: P. M. DE PIRIPIRI. Representante: Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM. Representado: Jovenília Alves de Oliveira Monteiro – Prefeita Municipal. Relator: Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 333/2021-GDC (peça nº 5), proferida no Processo TC/012824/2021, disponibilizada no DOE nº 151, em 11/08/2021, com data de publicação de 12 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL.

DECISÃO Nº 768/21

EX. EXTRAPAUTA. PROCESSO TC/012831/2021 – REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE BLOQUEIO DE CONTAS. Objeto: ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao TCE/PI, atinentes ao exercício de 2021. Unidade Gestora: C. M. DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ. Representante: Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM. Representado: Irineu Saraiva Silva – Presidente. Relator: Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 334/2021-GDC (peça nº 5), proferida no Processo TC/012831/2021, disponibilizada no DOE nº 151, em 11/08/2021, com data de publicação de 12 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL

DECISÃO Nº 769/21

EX. EXTRAPAUTA. PROCESSO TC/012832/2021 – REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE BLOQUEIO DE CONTAS. Objeto: ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao TCE/PI, atinentes ao exercício de 2021. Unidade Gestora: C. M. DE PAULISTANA. Representante: Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM. Representado: Osvaldo Mamédio da Costa – Presidente. Relator: Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 335/2021-GDC (peça nº 5), proferida no Processo TC/012832/2021, disponibilizada no DOE nº 151, em 11/08/2021, com data de publicação de 12 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL.

DECISÃO Nº 770/21

EX. EXTRAPAUTA. PROCESSO TC/012563/2021 – REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. Objeto: Contrato Administrativo firmado de nº 024/2021, oriundo de ato de dispensa de licitação com o objeto e a locação de caminhão pipa para atender a necessidade de escassez de água no município. Unidade Gestora: P. M. DE ALEGRETE DO PIAUÍ. Representante: Ministério Público do Estado do Piauí, Promotoria de Justiça de Fronteiras-PI; Eduardo Palácio Rocha - Promotor de Justiça. Representados: Maria Lilian de Alencar – Prefeita Municipal e T. Oliveira Serviços. Relator: Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 333/2021-GJV (peça nº 7), proferida no Processo TC/012563/2021, disponibilizada no DOE nº 147, em 05/08/2021, com data de publicação de 06 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL

DECISÃO Nº 771/21

EX. EXTRAPAUTA. PROCESSO TC/012933/2021 – INCIDENTE PROCESSUAL - BLOQUEIO DE CONTAS. Objeto: ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao TCE/PI, atinentes ao exercício de 2021. Unidade Gestora: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA. Representante: Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM. Representado: Sr. João Rocha de Oliveira – Gestor. Relator: Cons. Substituto Alisson Felipe de Araújo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 013/2021- Ic (peça nº 3), proferida no Processo TC/012933/2021, disponibilizada no DOE nº 151, em 11/08/2021, com data de publicação de 12 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA N.º 028 DE 12 DE AGOSTO DE 2021 - VIRTUAL

DECISÃO Nº 772/21

EX. EXTRAPAUTA. PROCESSO TC/012934/2021 – INCIDENTE PROCESSUAL - BLOQUEIO DE CONTAS. Objeto: ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao TCE/PI, atinentes ao exercício de 2021. Unidade Gestora: C. M. DE CANAVIEIRA. Representante: Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM. Representado: Sr. Deolindo Martins Vasconcelos – Presidente. Relator: Cons. Substituto Alisson Felipe de Araújo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, decidiu o Plenário, à unanimidade, nos termos do disposto no art. 87, § 2º, da Lei nº 5.888/09, **ratificar** os termos da Dec. Monocrática nº 012/2021- Ic (peça nº 3), proferida no Processo TC/012934/2021, disponibilizada no DOE nº 151, em 11/08/2021, com data de publicação de 12 de agosto de 2021.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 12 de agosto de 2021.

assinado digitalmente
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Secretária das Sessões

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 480/2021

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e considerando o Memorando 069/2021 da Divisão de Patrimônio e Logística – DPL, protocolado sob o nº 012669/2021,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem Comissão de Recebimento do Material, referente à Nota de Empenho nº 2021NE00369:

NOME	Matrícula	Cargo
Rinaldo Alves de Araújo	02.153-9	Presidente
Etienne de Jesus Silva	02.117-2	Membro
Abdon Moreira Ramos	98.029-3	Membro

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 13 de agosto de 2021.

(assinada digitalmente)

Cons.^a LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS
Presidente do TCE/PI

PORTARIA Nº 481/2021

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso das atribuições legais e com vistas ao cumprimento do art. 174 da Constituição do Estado do Piauí c/c a Lei Estadual nº 5.001/98, o artigo 3º da Resolução TCE/PI nº 12/2017 e o Processo TC/ nº 002838/2021;

R E S O L V E:

Designar RAMON PATRESE VELOSO E SILVA, Auditor de Controle Externo do TCE/PI, FERNANDO JUFAT CAVALCANTI DA FONSECA, representante da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ e GIOVANA FERREIRA MARTINS NUNES SANTOS, representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR, para assessoramento na função deliberativa, bem como, ANTÔNIO MOREIRA FILHO, Diretor de Informática do TCE/PI e PAULO CÉSAR RODRIGUES DE MORAIS, Presidente da Associação Piauiense dos Municípios – APPM, para comporem a Comissão de Assessoramento para Fixação dos Índices de Participação no Produto de Arrecadação do ICMS, exercício 2022 sob a coordenação do Relator do Processo, Conselheiro KLEBER DANTAS EULÁLIO.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 13 de agosto de 2021.

(assinada digitalmente)

Cons.^a LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS
Presidente do TCE/PI

PORTARIA Nº 482/2021

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 012942/2021;

Considerando o art. 67, da Lei 8.666/93;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a servidora PERPÉTUA MARY NEIVA SANTOS MADEIRA MOURA, matrícula nº 98608, para exercer o encargo de Fiscal da Nota de Empenho nº 2021NE00371.

Art. 2º - Designar a servidora ANETE MARQUES DA SILVA, matrícula nº 01.974-7, para exercer o encargo de Suplente de Fiscal da referida Nota de Empenho.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 13 de agosto de 2021.

(assinada digitalmente)

Consª LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS
Presidente do TCE/PI

PORTARIA Nº 483/2021

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Requerimento protocolado nesta Corte de Contas sob o nº 012118/2021,

R E S O L V E:

Autorizar a servidora ESMERALDA DE SOUSA VIEIRA ARAÚJO, Auditora de Controle Externo, matrícula nº 97.036-X, para realizar trabalhos fora das dependências do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no período de 05 de agosto a 18 de dezembro de 2021, nos termos do art. 5-A da Resolução TCE/PI nº 05/2019.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 13 de agosto de 2021.

(assinada digitalmente)

Consª LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS
Presidente do TCE/PI

Editais de Citação

PROCESSO TC/015480/2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI, EXERCÍCIO 2014

RELATOR: CONSELHEIRO ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA

GESTOR: SR. DELANO DE OLIVEIRA PARENTE SOUSA

Jurandir Gomes Marques, Chefe da Divisão de Comunicação Processual em exercício do TCE/PI, por ordem do Excelentíssimo Senhor Relator do processo em epígrafe, cita o Ex-Prefeito do Município de Redenção do Gurguéia/PI, **para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da publicação desta citação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI**, nos termos do artigo 267, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/2011 (Regimento Interno), apresente a sua defesa acerca da Informação da DFAM e do Relatório da DGCOR desta Corte de Contas, constante no Processo **TC/015480/2014**. Eu, Jurandir Gomes Marques, Chefe da Divisão de Comunicação Processual em exercício do TCE/PI, digitei e subscrevi, em dezessete de agosto de dois mil e vinte e um.

PROCESSO TC/007824/2018

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ANGICAL DO PIAUÍ - PI, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

GESTORA: SRA. MARIA DA CRUZ CABRAL DE BRITO RÊGO

Jurandir Gomes Marques, Chefe da Divisão de Comunicação Processual em exercício do TCE/PI, por ordem do Excelentíssimo Senhor Relator do processo em epígrafe, cita a Gestora do FUNDEB do Município de Angical do Piauí, **para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis improrrogáveis, a contar da publicação desta citação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI**, nos termos do artigo 267, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/2011 (Regimento Interno), apresente sua defesa acerca do Relatório Técnico da DFAM desta Corte de Contas, constante no Processo **TC/007824/2018**. Eu, Jurandir Gomes Marques, Chefe da Divisão de Comunicação Processual em exercício do TCE/PI, digitei e subscrevi, em dezessete de agosto de dois mil e vinte e um.

Atos da Secretaria Administrativa

PORTARIA Nº 206/2021 SA

O Secretário Administrativo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 338, de 16 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI nº 88/14, de 20 de maio de 2014, c/c art. 44, XXVII e § 2º do Regimento Interno do TCE/PI, e tendo em vista a solicitação de férias via Portal sob nº TC 2021/01138,

RESOLVE:

Conceder férias ao servidor ENRICO RAMOS DE MOURA MAGGI, matrícula nº 97628, ocupante do cargo efetivo de Auditor de Controle Externo, 30 dias, referente ao período aquisitivo 28/08/2017 a 27/08/2018, para gozo no período de 02/09/2021 a 01/10/2021.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Secretaria Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 12 de agosto de 2021.

Paulo Ivan da Silva Santos
Matrícula nº 98598
Secretário Administrativo

Acórdãos e Pareceres Prévios

PROCESSO TC Nº. 005311/15

ACÓRDÃO Nº. 415/2021-SPC

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 500/21

SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº. 25, DE 13 DE JULHO DE 2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

GESTOR/CARGO: GESTOR: JOSÉ RAIMUNDO DE SÁ LOPES – ORDENADOR DE DESPESAS

ADVOGADO(S): IGOR MARTINS FERREIRA DE CARVALHO (OAB/PI Nº 5.085) E OUTROS – (PROCURAÇÃO: FL. 06 DA PEÇA 56); VINÍCIUS GOMES PINHEIRO DE ARAÚJO (OAB/PI Nº 18.083) – (SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS).

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

Prestação de Contas de Gestão do FUNDEB do Município de Oeiras. Exercício Financeiro de 2015. Julgamento de Irregularidade às Contas de Gestão do Sr. Gestor: José Raimundo de Sá Lopes – Ordenador de Despesas, com fundamento no art. 122, III da Lei Estadual nº 5.888/09, e nos termos do voto do Relator: Decisão unânime. Aplicação de multa ao Gestor no valor de 1.000 UFR-PI. Decisão unânime.

Síntese das irregularidades identificadas pela DFAM no Relatório de Análise do Contraditório (peça nº. 67):

Inconsistências no registro dos recursos vinculados à área de educação:

• Divergência: os valores iniciais de 2015 divergem dos valores informados no final de 2014 em R\$ 19.841,61, correspondentes a R\$ 16.145,90 da conta BB 23.889-9 - BL PNATE - Aplicação e R\$ 3.695,71 da conta CEF 672.016-7 - BL INV – Aplicação, que não foram informados.

• Não registro: ausência de registro contábil do valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) do Programa PAC II - para a construção de quadras Poliesportivas.

b) Ausência de Licitação:

• Os seguintes serviços foram realizados no período sem os respectivos processos licitatórios: Assessoria Contábil - P Souza E M M De Freitas ME (R\$ 156.000,00); Assessoria de Comunicação - Acacio Veras e CIA LTDA (R\$ 11.500,00) e Assessoria Jurídica - Igor Martins e Advogados Associados (R\$ 150.000,00).

• Os seguintes fornecimentos e serviços foram realizados no período sem os respectivos processos licitatórios: Material de Consumo - Francisco Reinaldo de Souza (R\$29.342,38) e Jose Zeno de Nunes Lopes – Ponto Certo (R\$ 14.773,00); Serviços Metalúrgicos - Marcio Vinicio R. Alves (R\$ 14.054,70); Serviço de Coleta de Lixo: José Osvaldo Rodrigues Romão (R\$ 5.000,00), José Estevam Filho (R\$ 5.160,00) e Francisco Das Chagas Camarço (R\$ 5.580,00); e Serviço de Elaboração de Plano Diretor e de Saneamento do Município: Fundação Clarinda Lopes (R\$ 31.000,00).

c) Devoluções de recursos de convênios: o ente efetuou, no exercício, devolução de recursos no montante de R\$ 403.479,77 (quatrocentos e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos), não havendo informação a respeito dos motivos que levaram a tais devoluções.

d) Descumprimento do prazo para finalização das licitações no Sistema Licitações Web (Resolução TCE/PI nº 09/2014);

e) Contratação de pessoal para desempenho de atividades típicas da administração pública na forma de prestadores de serviços: o Município realizou gastos com a contratação de pessoas físicas na condição de prestadores de serviços, para a execução de atividades típicas da Administração Pública, tais como: Serviços de Apoio Administrativo (Atendente, Recepcionista, Assessor, Auxiliar administrativo); Serviços de Limpeza e Conservação; Serviços de Segurança e Vigilância; Serviços Médicos; Serviços de Manutenção e Conservação.

f) Débitos junto à ELETROBRÁS (R\$ 315.365,39);

g) Processos Apensados: TC/004641/2015 – Representação e TC/004779/2018 – Denúncia.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da III Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/39 da peça 36, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 67, as manifestações do Ministério Público de Contas, à fl. 01 da peça 69 e às fls. 01/32 da peça 73, fls. 01/10 da peça 74 e fls. 01/05 da peça 75, as sustentações orais do Advogado Vinicius Gomes Pinheiro de Araújo (OAB/PI nº 18.083) e do Vereador Adauberon de Moraes, que se reportaram às falhas apontadas, o voto do Relator Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, às fls. 01/38 da peça 86, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, concordando parcialmente com a manifestação do Ministério

Público de Contas, pelo julgamento de Irregularidade, com fundamento no art. 122, III da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela aplicação de multa ao gestor, Sr. José Raimundo de Sá Lopes (Ordenador de Despesas), no valor correspondente a 1.000 UFR-PI (art. 79, I e II da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c o art. 206, I e II da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Presentes: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente); Cons. Kleber Dantas Eulálio; Cons. em exercício Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 13 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho
Relator

PROCESSO TC Nº. 005311/15

ACÓRDÃO Nº. 416/2021-SPC

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 500/21

SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº. 25, DE 13 DE JULHO DE 2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO FUNDEB DO MUNICÍPIO DE OEIRAS – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

GESTOR/CARGO: JOSÉ RAIMUNDO DE SÁ LOPES – GESTOR DO FUNDEB

ADVOGADO(S): IGOR MARTINS FERREIRA DE CARVALHO (OAB/PI Nº 5.085) E OUTROS – (PROCURAÇÃO: FL. 06 DA PEÇA 56); VINÍCIUS GOMES PINHEIRO DE ARAÚJO (OAB/PI Nº 18.083) – (SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS).

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

Prestação de Contas de Gestão do FUNDEB do Município de Oeiras. Exercício Financeiro de 2015. Julgamento de Regularidade com Ressalvas às Contas de Gestão do Sr. José Raimundo de Sá Lopes, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09, e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Aplicação de multa ao Gestor no valor de 300 UFR-PI. Decisão unânime.

Síntese das irregularidades identificadas pela DFAM no Relatório de Análise do Contraditório (peça nº. 67):

a) Ausência de licitação: as seguintes despesas foram realizadas no período sem os respectivos processos licitatórios:

- Aquisição de Combustível: PIPEL - Picos Petróleo Ltda (R\$ 36.242,73);
- Aquisição de Materiais de Expediente: Jose Zeno de Nunes Lopes Ponto Certo (R\$14.985,15);
- Material de Acondicionamento e Embalagem: Fort Instituto de Educação (R\$ 149.100,00);
- Serviços Metalúrgicos: Marcio Vinício R. Alves (R\$ 24.424,80);
- Transporte Escolar: Adão Alberto Feitosa Macedo (R\$ 15.000,00); b) Contratação pessoal da área de educação sem concurso público ou teste seletivo; c) Omissão na retenção da contribuição para o INSS – prestadores de serviços e professores contratados por prazo determinado;

d) Descumprimento do prazo para finalização das licitações no Sistema Licitações Web (Resolução TCE/PI nº 09/2014);

e) Contratação de pessoal para desempenho de atividades típicas da administração pública na forma de prestadores de serviços: o Município realizou gastos com a contratação de pessoas físicas na condição de prestadores de serviços, para a execução de atividades típicas da Administração Pública, tais como: Serviços de Apoio Administrativo (Atendente, Recepcionista, Assessor, Auxiliar administrativo); Serviços de Limpeza e Conservação; Serviços de Segurança e Vigilância; Serviços Médicos; Serviços de Manutenção e Conservação.

f) Débitos junto à ELETROBRÁS (R\$ 315.365,39);

g) Processos Apensados: TC/004641/2015 – Representação e TC/004779/2018 – Denúncia.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da III Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/39 da peça 36, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 67, as manifestações do Ministério Público de Contas, à fl. 01 da peça 69 e às fls. 01/32 da peça 73, fls. 01/10 da peça 74 e fls. 01/05 da peça 75, as sustentações orais do Advogado Vinicius Gomes Pinheiro

de Araújo (OAB/PI nº 18.083) e do Vereador Adauberon de Moraes, que se reportaram às falhas apontadas, o voto do Relator Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, às fls. 01/38 da peça 86, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, divergindo da manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela aplicação de multa ao gestor, Sr. José Raimundo de Sá Lopes, no valor correspondente a 300 UFR-PI (art. 79, II da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c o art. 206, II da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Presentes: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente); Cons. Kleber Dantas Eulálio; Cons. em exercício Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 13 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho
Relator

PROCESSO TC Nº. 005311/15

ACÓRDÃO Nº. 417/2021-SPC

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 500/21

SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº. 25, DE 13 DE JULHO DE 2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO FMS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

GESTORA: AURIDENE MARIA DA SILVA MOREIRA DE FREITAS TAPETY

ADVOGADO(S): IGOR MARTINS FERREIRA DE CARVALHO (OAB/PI Nº 5.085) E OUTRO – (SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS; PETIÇÃO À PEÇA 60); VINÍCIUS GOMES PINHEIRO DE ARAÚJO (OAB/PI Nº 18.083) – (SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS)

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

Prestação de Contas de Gestão do FMS do Município de Oeiras. Exercício Financeiro de 2015. Julgamento de Regularidade com Ressalvas às Contas de Gestão da Sra. Auridene Maria da Silva Moreira de Freitas Tapety, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09, e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Aplicação de multa à Gestora no valor de 300 UFR-PI. Decisão unânime.

Síntese das irregularidades identificadas pela DFAM no Relatório de Análise do Contraditório (peça nº. 67):

a) Ausência de Licitação

- Despesas realizadas no período sem o devido processo licitatório: Fretes e Transportes – Arlan Gonçalves Leal (R\$ 40.000,00);

- Despesas relacionadas ao mesmo objeto realizadas continuamente e de forma fragmentada, cujo somatório ultrapassou o limite fixado para dispensa de licitação prevista na Lei no 8.666/93: Aquisição de Combustível - Márcio Hermano de Moura Sá – ME (R\$ 6.980,00) e PIPEL - Picos Petróleo Ltda. (R\$ 4.890,00) e Serviços Gráficos: Francisca Maria dos Santos Gomes ME (R\$ 13.356,90).

b) Contratação pessoal da área de saúde sem concurso público ou teste seletivo;

c) Omissão na retenção da contribuição para o INSS dos profissionais da saúde – prestadores de serviços;

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da III Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/39 da peça 36, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 67, as manifestações do Ministério Público de Contas, à fl. 01 da peça 69 e às fls. 01/32 da peça 73, fls. 01/10 da peça 74 e fls. 01/05 da peça 75, as sustentações orais do Advogado Vinícius Gomes Pinheiro de Araújo (OAB/PI nº 18.083) e do Vereador Adauberon de Moraes, que se reportaram às falhas apontadas, o voto do Relator Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, às fls. 01/38 da peça 86, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, divergindo da manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela aplicação de multa à gestora, Sra. Auridene Maria da Silva Moreira de Freitas Tapety, no valor correspondente a 300 UFR-PI (art. 79, II da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c o art. 206, II da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384,

parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Presentes: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente); Cons. Kleber Dantas Eulálio; Cons. em exercício Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 13 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)

Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator

PROCESSO TC Nº. 005311/15

ACÓRDÃO Nº. 418/2021-SPC

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 500/21

SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº. 25, DE 13 DE JULHO DE 2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

GESTOR/CARGO: NEANDER FRANCISCO DA SILVA MOURA - PRESIDENTE

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

Prestação de Contas de Gestão da Câmara Municipal de Oeiras. Exercício Financeiro de 2015. Julgamento de Regularidade com Ressalvas às Contas de Gestão do Sr. Neander Francisco da Silva Moura - Presidente, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09, e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Aplicação de multa ao Gestor no valor de 300 UFR-PI. Decisão unânime.

Síntese das irregularidades identificadas pela DFAM no Relatório de Análise do Contraditório (peça nº. 67):

a) Não envio de peças componentes da prestação de contas:

- Informações sobre o processo seletivo simplificado realizado;

- Plano de cargos e salários atualizado.

b) Divergência na movimentação financeira: o Saldo Disponível apurado (em 31/12/2015) diverge a maior do somatório dos saldos das contas Caixa e Bancos registrados na contabilidade em R\$ 40,93.

c) Ausência de licitação: realização das seguintes despesas no período sem o devido processo licitatório:

- Assessoria Contábil: P Souza E M M De Freitas ME (R\$ 4.500,00); Assessoria Jurídica: Shaimmon Moura Advogados Associados (R\$ 4.000,00).

d) Variação nos subsídios dos vereadores sem o envio da norma: houve uma variação de 24,14% nos subsídios dos vereadores em relação ao recebido no exercício de 2014, acima da média dos índices inflacionários divulgados pelo Governo Federal para o exercício.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da III Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/39 da peça 36, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 67, as manifestações do Ministério Público de Contas, à fl. 01 da peça 69 e às fls. 01/32 da peça 73, fls. 01/10 da peça 74 e fls. 01/05 da peça 75, o voto do Relator Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, às fls. 01/38 da peça 86, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, divergindo da manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela aplicação de multa ao gestor, Sr. Neander Francisco da Silva Moura (Presidente da Câmara Municipal), no valor correspondente a 300 UFR-PI (art. 79, II da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c o art. 206, II da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Presentes: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente); Cons. Kleber Dantas Eulálio; Cons. em exercício Jaylson Fabianh Lopes Campelo; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 13 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)

Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator

PROCESSO TC Nº. 005905/2020

ACÓRDÃO Nº. 600/2021 - SPL

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PLENÁRIO

DECISÃO Nº. 631/21

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 024, DE 15 DE JULHO DE 2021.

PEDIDO DE REEXAME REFERENTE AOS JULGAMENTOS DOS PROCESSOS DE DENÚNCIA (TC/002691/2017 E TC/020246/2017) APENSADOS AO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUEIA – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

RECORRENTE: ALCILENE ALVES DE ARAÚJO

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JUNIOR

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

Pedido de Reexame referente aos julgamentos dos Processos de Denúncia (TC/002691/2017 e TC/020246/2017) apensados ao Processo de Prestação de Contas do Município de Colônia do Gurgueia – Exercício Financeiro de 2017. Conhecimento. Não provimento. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (peça nº 9), o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 11) e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, em consonância com o parecer ministerial, pelo conhecimento do Pedido de Reexame, e no mérito, pelo seu improvimento, mantendo-se em todos os termos as Decisões recorridas, materializadas nos Acórdãos nºs 30/2020 e 31/20200, tendo em vista que os argumentos apresentados pela recorrente não foram suficientes para modificar os julgamentos de procedência das Denúncias, conforme e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 16).

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kleber Dantas Eulálio, Cons. em exercício Jaylson Fabianh Lopes Campelo e os Cons. Substitutos Delano Carneiro da Cunha Câmara, em substituição ao Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (em gozo de férias), Alisson Felipe de Araújo, em substituição ao Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (em gozo de férias) e Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Virtual do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 15 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho
Relator

PROCESSO TC Nº 011166/2020

ACÓRDÃO Nº. 616/2021 - SPL

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PLENÁRIO

DECISÃO Nº. 662/2021

SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº. 25, DE 22 DE JULHO DE 2021

INSPEÇÃO REALIZADA NO MUNICÍPIO DE PAULISTANA SOBRE A UTILIZAÇÃO DO MESMO VEÍCULO, SIMULTANEAMENTE, POR MAIS DE UM JURISDICIONADO NO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ - OBJETO: PROCESSO DE LEVANTAMENTO (TC Nº 004947/20)

INSPECIONADO: GILBERTO JOSÉ DE MELO – PREFEITO MUNICIPAL

ADVOGADO(S): HILLANA MARTINA LOPES MOUSINHO NEIVA DOURADO – OAB/PI Nº 6.544 (PROCURAÇÃO À PASTA Nº 19)

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

Inspeção realizada no Município de Paulistana, Exercício Financeiro de 2019. Procedência. Aplicação de multa ao Gestor no valor de 700 UFR-PI. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da V Divisão Técnica/DFAM (peça nº 11), o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 14), e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, em consonância parcial com o parecer ministerial, conforme e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 22), nos termos seguintes: a) Procedência da Inspeção; b) Irregularidade das despesas realizadas com transporte escolar questionadas no Apêndice C (peça 08 – TC/004947/2020 – fls. 37 e 38); c) Aplicação de multa no valor de 700 UFRPI ao gestor, Sr. Gilberto José de Melo, Prefeito do Município de Paulistana à época dos fatos (2019), fundamentada no art. 79, I e II da Lei nº 5.888/09.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Delano Carneiro da Cunha Câmara, em substituição ao Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva

(em gozo de férias), Jackson Nobre Veras, em substituição à Cons.^a Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (em gozo de férias) e Alisson Felipe de Araújo em substituição ao Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (em gozo de férias).

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 22 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho
Relator

PROCESSO TC/008812/2018

ACÓRDÃO Nº 240/2021 - SPC

DECISÃO Nº 254/2021

TIPO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PIAUÍ

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

RESPONSÁVEL: CLEIDINALDO CARVALHO REIS – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

ADVOGADO(S): MATTSON RESENDE DOURADO (OAB-PI Nº 6.594) – (PROCURAÇÃO: FL. 02 DA PEÇA 10)

RELATOR: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADORA: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESCUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. REGULARIDADE COM RESSALVAS.

1. Verificado o descumprimento ao direito fundamental de acesso às informações e óbice à transparência das contas públicas, a repercussão negativa no julgamento da prestação de contas do respectivo órgão é medida que se impõe.

Sumário: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Bela Vista do Piauí. Exercício 2018. Regularidade com Ressalvas. Não Aplicação de Multa. Decisão Unânime.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas, após o contraditório: Pagamento de subsídios em valor inferior ao fixado em lei; Portal da transparência sem dados relativos ao exercício de 2018.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da V Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/15 da peça 04, o relatório de contraditório simplificado da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/02 da peça 15, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/05 da peça 17, a sustentação oral do Advogado Mattson Resende Dourado (OAB-PI nº 6.594), que se reportou às falhas apontadas, o voto do Relator Cons. Kleber Dantas Eulálio, às fls. 01/03 da peça 21, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, concordando parcialmente com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator.

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela não aplicação de multa ao gestor, Sr. Cleidinaldo Carvalho Reis (Presidente da Câmara Municipal).

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente em exercício); Cons. Kleber Dantas Eulálio; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em razão da ausência momentânea justificada do Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Leandro Maciel do Nascimento.

Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara nº 14, em 27 de abril de 2021.

(Assinado Digitalmente)
Cons. Kleber Dantas Eulálio
Relator

PROCESSO: TC N.º 012.208/17

ACÓRDÃO N.º 415/2021 - SSC

DECISÃO N.º 499/2021

ASSUNTO: CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA GP N.º 431/2017, DE 14.02.2017

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA: PENSÃO POR MORTE. TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS. VIOLAÇÃO À SÚMULA TCE PI N.º 5.

Os autos narram que o instituidor da pensão ingressou no serviço público estadual no cargo de Vigilante da Fazenda e teve seu cargo transformado para o de Técnico da Fazenda Estadual, por força do art. 4º, I, § 1º da Lei Complementar Estadual n.º 62/2005.

Desse modo, entende-se que ocorreu nítida transposição de cargo público, em manifesta burla a regra do concurso público (art. 37, II da CF/88).

Cumpram ainda ressaltar que referida transposição violou também a Súmula TCE PI n.º 05.

Isto porque, a predita Súmula, ao considerar o parecer emitido pelo Defensor Público Geral do Estado e os julgados do Supremo Tribunal Federal, passou a admitir as transposições ocorridas até 23.04.1993, data da publicação do julgamento da ADI nº. 837.

Contudo, conforme já demonstrado nos autos, a transposição em comento se deu em 27.12.2005, portanto, após o prazo fixado pela jurisprudência.

Não bastassem os argumentos acima esposados, a mudança de cargos foi fundamentada no art. 4º, I, § 1º da Lei Complementar Estadual n.º 62/2005.

Contudo, citado dispositivo foi apreciado por esta Corte de Contas e declarado inconstitucional, conforme Decisão n.º 656/08, exarada na Sessão Plenária n.º 42, datada de 15.10.2008.

Sumário. Estado do Piauí. Fundação Piauí Previdência. Análise técnica circunstanciada. Não Registro do ato concessório de pensão por morte da Sr.ª Teresa Gonçalves de Moura.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 04), a proposta de voto do Relator (peça 09), e o mais que dos autos consta, acordam, os Conselheiros, unânimes, em discordância com o Parecer Ministerial, em Julgar Ilegal a Portaria GP n.º 431/2017, que concede Pensão por Morte à Sr.ª Teresa Gonçalves de Moura, já qualificada nos autos, Não Autorizando o seu Registro, em razão da transposição irregular de cargos públicos por parte do instituidor do benefício.

Acordam, os Conselheiros, unânimes, em Dar Ciência do teor desta decisão à Sr.ª Teresa Gonçalves de Moura, facultando-lhe a interposição do recurso previsto no art. 154 da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c o art. 428 da Resolução TCE/PI n.º 13/11, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos, bem como após transcorrido o prazo recursal sem a manifestação do interessado, Oficiar o Órgão de Origem, para que comprove junto a esta Corte de Contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão transitada em julgado, o cumprimento desta decisão, conforme dispõe o art. 375 c/c art. 376, da Resolução TCE/PI n.º 13/11.

Presentes: Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (Presidente), Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se. Cumpra-se.

Ata da Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara n.º 022, em 7 de julho de 2021.

- assinado digitalmente -
Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo
Relator

Decisões Monocráticas

PROCESSO TC Nº 013164/2021

ASSUNTO: EMISSÃO DE CERTIDÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

ENTE: PODER EXECUTIVO – GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: CONS. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA

DMG Nº337/2021 - GAV

PROCESSO TC/009267/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS.

INTERESSADA: RAIMUNDA NONATA LIMA SOUSA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CASTELO DO PIAUÍ

RELATOR: CONSELHEIRO JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 342/2021 - GKB

DECISÃO

Trata-se de requerimento do Chefe do Poder Executivo Estadual, protocolado em 12/08/2021, solicitando a emissão de Certidão referente à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, relativa ao exercício financeiro de 2019, com informações de publicações dos relatórios LRF referente ao supracitado exercício.

Convém ressaltar que a Instrução Normativa TCE/PI nº 02/2014, que especifica os tipos de certidões emitidas por esta Corte de Contas, em seu § 5º, prevê a emissão de certidão referente ao cumprimento das determinações legais estabelecidas na Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outrossim, nos termos do Acórdão nº 2.184/2019 (Decisão Plenária nº 1.529/2019), publicado em 23/01/2020, ficou definido em relação às Certidões emitidas pelo TCE/PI para fins de contratação de operações de crédito, que eventuais ressalvas somente poderão ser destacadas após o contraditório, devendo o relator das contas respectivas, monocraticamente, decidir conclusivamente sobre quais índices constarão da decisão.

Importa destacar que o TCU, Corte Maior, a qual todas as demais utilizam como parâmetro, somente emite certidão atestando o cumprimento dos índices da LRF, com fulcro no último exercício analisado, ademais, em decisão plenária, expediente nº 60/2021, datada de 27 de maio de 2021, decidiu-se, nesta Corte de Contas, que a disponibilização de informações acerca de processos somente se daria após decisão de mérito, nos moldes também adotados pelo TCU.

Assim, considerando que as Contas de Governo do Poder Executivo, exercício financeiro de 2019, encontram-se em situação pendente de julgamento, determino a emissão da Certidão da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF solicitada, sem a inclusão de ressalvas apontadas pelo órgão técnico, até que se conclua a tramitação processual completa da prestação contas do Poder Executivo, exercício de 2019.

Encaminhe-se à Secretaria das Sessões, para fins de publicação.

Teresina, 17 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)

Cons. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA

Relator

Trata o presente processo de ato de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais de interesse da servidora Raimunda Nonata Lima Sousa, CPF nº 227.688.073-20, matrícula nº 2281-1, no cargo de Professora 40 horas, Classe C, Nível VII, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação de Castelo do Piauí, com arrimo no art. 6º e 7º da EC nº 41/03 c/c 5º do art. 40 da CF/88 e art. 39 da Lei Municipal nº 1.277/18.

Considerando a consonância das informações da Diretoria de Fiscalização dos Atos de Pessoal – DFAP (Peça 3), com os Pareceres Ministerial (Peça 4), que constatarem que a interessada atendeu a todos os requisitos necessários para a efetivação do benefício DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373, da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria nº 86, de 01 de abril de 2020 (fls. 1.41), cuja publicação ocorreu no Diário Oficial dos Municípios, ano XVIII, edição IVXLVII, de 07/04/2020 (fls. 1.41), concessiva de aposentadoria a interessada, com proventos compostos das seguintes parcelas: a) Vencimento (R\$ 4.680,08 – Lei Municipal nº 1.308/2020), totalizando a quantia mensal de R\$ 4.680,08 (quatro mil e setecentos e oitenta reais e oito centavos), autorizando o seu registro, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso II, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 13 de agosto de 2021.

(assinatura digitalizada)

Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Relator

PROCESSO: TC Nº 009128/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

INTERESSADO (A): ANTONIO BORGES DE BRITO

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO 191/2021 – GKE

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, regra de transição da EC nº 41/03, concedida ao servidor ANTONIO BORGES DE BRITO, CPF nº 211.440.283-53, RG nº 177.489-SSP-PI, matrícula nº 068694-8, ocupante do cargo de Professor 40 horas, classe “B”, nível “III”, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação do Estado do Piauí, Ato Concessório publicado no D.O.E de nº 181 de 24/09/2019 (fl. 210, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2021MA0549 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 2724/2019 (fl. 206, peça 01), datada de 10/09/2019, concessiva da aposentadoria ao requerente, em conformidade com o art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/03, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 3.252,75 (Três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS	
I - Vencimento (R\$ 3.170,48 – LC nº 71/06 c/c lei nº 5.589/06, acrescentada pelo art. 2º, I da lei nº 7.133/18 (Conforme DECISÃO DO TJ/PI Nº 2018.0001.002190-1) c/c o art. 1º da Lei nº 6.933/16)	R\$ 3.170,48
II- Gratificação Adicional (R\$ 82,27 – art. 127 da LC nº 71/06)	R\$ 82,27
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 3.252,75

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 08 de junho de 2021.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC Nº 013530/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

INTERESSADO (A): MARIA DE FÁTIMA MORAIS

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO 192/2021 – GKE

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, garantida a paridade, concedida à servidora MARIA DE FÁTIMA MORAIS, CPF nº 217.470.403-04, matrícula nº 0305391, no cargo de AGENTE PENITENCIÁRIO, Classe ESPECIAL, do quadro de pessoal da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do estado do Piauí, Ato Concessório publicado no D.O.E de nº 138 de 24/07/2019 (fl. 214, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2021RA0455 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 1532/2019 (fl. 210, peça 01), datada de 27/06/2019, concessiva da aposentadoria à requerente, em conformidade com o art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/05, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 7.828,77 (Sete mil, duzentos e vinte e oito reais e setenta e sete centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS	
I - Subsídio (R\$ 7.428,77 – LC nº 107/08, acrescentada pelo art. 1º, IV, da lei nº 7.132/18 c/c art. 1º da lei nº 6.933/16);	R\$ 7.428,77
II- VPNI – GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE FORMAÇÃO PENITENCIÁRIA (R\$ 400,00 - art. 2º, I, da lei nº 5373/04 c/c lei nº 5377/04);	R\$ 400,00
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 7.828,77

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 08 de junho de 2021.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC Nº 000531/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADO (A): MARIA DO SOCORRO FONTENELE DA SILVA CARVALHO

PROCEDÊNCIA: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI-PI

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO 193/2021 – GKE

Trata-se de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, Regra de Transição da EC nº 41/03, concedida à servidora Maria do Socorro Fontenele da Silva Carvalho, CPF nº 374.490.523-34, matrícula nº 5294-1, no cargo de Professor (a) 40 horas, classe “A”, da Secretaria Municipal de Educação de Piripiri-PI, Ato Concessório publicado no Diário Oficial dos Municípios, edição nº MMMCMI de 05/09/2019 (fl. 44, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2021MA0553 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 286/2019 (fl. 43, peça 01), datada de 04/09/2019, concessiva da aposentadoria à requerente, em conformidade com o arts. 6º e 7º da EC nº 41/03 c/c §5º do art. 40 da CF/88, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 3.836,59 (Três mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS	
I - Vencimento – conforme art. 39 da Lei Municipal nº 432/03 c/c Lei Municipal nº 898/19;	R\$ 3.197,16
II- Adicional por Tempo de Serviço () – art. 47, da Lei Municipal nº 432/03.	R\$ 639,43
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 3.836,59

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 08 de junho de 2021.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC Nº 006631/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADO (A): CARLOS ALBERTO DA PAZ

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO 194/2021 – GKE

Trata-se de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, concedida ao servidor Carlos Alberto da Paz, CPF nº 077.580.733-87, ocupante do cargo de Agente Técnico de Serviços, Classe B, Referência IV, matrícula nº 0228559, do quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí, Ato Concessório publicado no D.O.E de nº 128 de 13/07/2020 (fl. 134, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2021MA0564 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 1.310/2020 (fl. 132, peça 01), datada de 08/07/2020, concessiva da aposentadoria ao requerente, em conformidade com o art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/2003, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 1.254,35 (Um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS	
I - Vencimento (art. 5º da Lei nº 5.591/06 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16 – R\$ 1.112,24)	R\$ 1.112,24
II- Gratificação Adicional (art. 5º da Lei nº 5.591/06 – R\$ 20,75)	R\$ 20,75
III- VPNI – Vantagem Pessoal (art. 7º da Lei nº 5.591/06 – R\$ 121,36)	R\$ 121,36
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 1.254,35

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 08 de junho de 2021.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)

KLEBER DANTAS EULÁLIO

Conselheiro Relator

PROCESSO: TC Nº 002829/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS (REGRA DE TRANSIÇÃO DA EC Nº 47/05).

INTERESSADO (A): JOÃO BATISTA DE CARVALHO

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO 197/2021 – GKE

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, regra de transição EC nº 47/05, concedida ao servidor JOÃO BATISTA DE CARVALHO, CPF nº 132.232.673-87, RG nº 263556, matrícula nº 0392014, no cargo de Técnico da Fazenda Estadual, Classe Especial, Referência “C”, do quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí-PI, Ato Concessório publicado no D.O.E de nº 206 de 31/10/2019 (fl. 156, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2021MA0543 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 2975/2019 (fl. 152, peça 01), datada de 15/10/2019, concessiva da aposentadoria ao requerente, em conformidade com o art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/05, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 6.732,17 (Seis mil, setecentos e trinta e dois reais dezessete centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS	
I – Vencimento (R\$ 5.690,65 – LC nº 62/05 acrescentada pela lei nº 6.410/13 c/c art.1º da Lei nº 6.933/16);	R\$ 5.690,65
II- VPNI - Gratificação de Incremento de arrecadação-Gia - (R\$ 1.041,52 art. 28 da LC nº 62/05 c/c o art. 3º, II, “A” da lei nº 5.543/06 alterado pelo art .2º da Lei 6.810/16;	R\$ 1.041,52
III- Gratificação Adicional (art. 65 da LC nº 13/94)	R\$ 43,20
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 6.732,17

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 08 de junho de 2021.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)

KLEBER DANTAS EULÁLIO

Conselheiro Relator

PROCESSO: TC Nº 006458/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

INTERESSADO (A): JOSÉ DE FÁTIMA MACHADO DE QUEIROZ

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO 198/2021 – GKE

Trata-se de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO concedida ao servidor José de Fátima Machado de Queiroz, CPF nº 079.256.463-49, ocupante do cargo de Agente Operacional de Serviços, Classe III, Padrão E, matrícula nº 0704270, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação do Estado do Piauí, Ato Concessório publicado no D.O.E de nº 175 de 16/09/2020 (fl. 141, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2021MA0534 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 1577/2020 (fl. 139, peça 01), datada de 08/09/2020, concessiva da aposentadoria ao requerente, em conformidade com o art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/2003, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 1.288,75 (Um mil, duzentos e vinte e oito reais setenta e cinco centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS	
I – Vencimento (art. 25 da LC nº 71/06, c/c Lei nº 5.589/06, c/c art. 2º, II da Lei nº 7.131/18 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16);	R\$ 1.190,25
II- Gratificação Adicional (art. 65 da LC nº 13/94);	R\$ 43,20
III- VPNI – Vantagem Pessoal (Parecer PGE/PP nº 0428/2020).	R\$ 63,00
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 1.288,75

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 08 de junho de 2021.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC Nº 003555/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

INTERESSADO (A): MARIA DE NAZARÉ MELO DE OLIVEIRA

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO 199/2021 – GKE

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, regra de transição da EC nº 47/05, concedida a servidora MARIA DE NAZARÉ MELO DE OLIVEIRA, CPF nº 352.753.833-04, RG nº 856.935 -PI, matrícula nº 0397652, no cargo de Técnico da Fazenda Estadual, Classe Especial, Referência “B”, do quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, Ato Concessório publicado no D.O.E de nº 220 de 20/11/2019 (fl. 277, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2021JA0144 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 2.581/2019 (fl. 273, peça 01), datada de 06/11/2019, concessiva da aposentadoria à requerente, em conformidade com o art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/05, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 8.063,16 (Oito mil, sessenta e três reais dezesseis centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS	
I – Vencimento (LC nº 62/05, acrescentada pela Lei nº 6.410/13 e art. 1º da Lei nº 6.933/16);	R\$ 5.641,64
II- VPNI – Gratificação GIA Metas (Decisão Judicial);	R\$ 1.380,00
III- VPNI – Gratificação de Incremento de Arrecadação (art. 28 da LC nº 62/05 c/c o art. 5º, II, “a” da Lei nº 5.543/06 alterado para o art.2, II da Lei nº 6.810/06);	R\$ 1.041,52
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 8.063,16

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 08 de junho de 2021.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC Nº 016700/2018

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

INTERESSADO (A): MARIA DO SOCORRO CARVALHO

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO 200/2021 – GKE

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, concedida à servidora MARIA DO SOCORRO CARVALHO, CPF nº 373.338.603-53, matrícula nº 0528366, ocupante do cargo de Professora, 40 horas, Classe “SE”, Nível “I”, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação - PI, Ato Concessório publicado no D.O.E de nº 153 de 14/10/2018(fl. 163, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2021RA0469 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 21758/2018 (fl. 160, peça 01), datada de 18/06/2018, concessiva da aposentadoria à requerente, em conformidade com o arts. 6º I, II, III e IV da EC nº 41/03, § 5º do Art.40 da CF/88, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 3.671,80 (Três mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS	
I – Vencimentos (R\$ 3.590,70 – LC nº 71/06 c/c Lei nº 5.589/06 acrescentada pelo Art. 3º, anexo IV da Lei nº 7.081/17 c/c art.1º da Lei nº 6.933/16);	R\$ 3.590,70
II- Gratificação Adicional (R\$ 81,10– art. 127 da LC nº71/06);	R\$ 81,10
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 3.671,80

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 08 de junho de 2021.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC 001839/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO (A): TERESA FRANCELINA DA SILVA

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATOR: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO

DECISÃO 202/2021 – GKE

Trata-se de benefício de Pensão por Morte requerida por Teresa Francelina da Silva, CPF nº 535.804.513-91, por si, na condição de cônjuge do Sr. Vicente Cesário dos Santos, CPF nº 077.326.863-49, Matrícula nº 050708-3, servidor inativo da Secretaria de Estado da Educação, no cargo Vigilante, Classe I, Padrão “D”, cujo óbito ocorreu em 23.08.2020 (certidão de óbito à fl. 09, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03), com o Parecer Ministerial nº 2021MA0580 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 0031/2021 – PIAUÍ PREV (fls. 1.129), datada de 07/01/2021, com efeitos retroativos a 23/08/2020, concessiva de benefício de Pensão por Morte, em conformidade com art. 40, §§ 6º e 7º da CF/88, art. 57, §7º da CE/89, art. 121 e seguintes da LC 13/94, art. 42, §1º da ADCT da CE/89, 10.887/04 e art. 1º do DE 16.450/16, art. 52 § 1º, § 2º da EC nº 54/2019, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$627,00 (Seiscentos e vinte e sete reais), conforme segue:

Composição remuneratória do benefício	
Vencimento (ART. 25 DA LC Nº 71/06, C/C LEI 5.589/06, C/C ART. 2º, II DA LEI Nº 7.131/18 (DECISÃO TJ/PI NO PROCESSO Nº 2018.0001.002190-1) C/C ART. 1º DA LEI Nº 6.933/16);	R\$ 1.004,27
COMPLEMENTO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL (Art. 7º, VII da CF/88)	R\$ 0,99
C) GRATIFICAÇÃO ADICIONAL (ART. 65 DA LC Nº 13/94)	R\$ 39,74
TOTAL	R\$ 1.045,00
CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO PARA RATEIO DAS COTAS	
Valor da Cota Familiar (Equivalente a 50% do Valor da aposentadoria)	R\$1.045,00 * 50% = 522,50
Valor da Aposentadoria Limitada ao Teto do RGPS	6.101,06
Acréscimo de 10% da cota parte (Referente a 1 dependente(s))	104,50
Valor total do Provento da Pensão por Morte:	R\$627,00

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina 09 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC/016250/2020

PARA REPUBLICAR

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (REGRA DE TRANSIÇÃO DA EC Nº 41/03)

INTERESSADA: TERESINHA DE JESUS LUZ, CPF Nº 390.319.774-20

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO Nº. 222/2021 – GJC

Trata-se de APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO concedida à servidora Teresinha de Jesus Luz, CPF nº 390.319.774-20, ocupante do cargo de Professor(a) 40 horas, classe “SL”, nível IV, Matrícula nº 083780-6, da Secretaria de Estado da Educação, com arrimo no art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/03 c/c § 5º do art. 40 da CF/88, cujos requisitos foram devidamente implementados. O Ato Concessório foi publicado no D.O.E. Nº 99, em 03 de junho de 2020 (Peça 1, fl.157).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial Nº. 2021RA0544 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno, julgar legal a PORTARIA Nº 1.055/2020 – PIAUÍ PREVIDÊNCIA, em 19 de maio de 2020 (Peça 1, fl.155), concessiva da aposentadoria ao requerente, nos termos o art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$3.574,26 (três mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
VENCIMENTO - LC Nº 71/06 C/C LEI Nº 5.589/06, ACRESCENTADA PELO ART. 2º, I DA LEI Nº 7.131/18 (CONFORME DECISÃO DO TJ/PI NO PROC. Nº 2018.0001.002190-1) C/C ART. 1º DA LEI Nº 6.933/16	R\$3.530,89
VANTAGENS REMUNERATÓRIAS (CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 33/03)	
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL – ART. 127 DA LC Nº 71/06	R\$43,37
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$3.574,26

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em Teresina, 14 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)
JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO
- RELATOR -

PROCESSO: TC/000903/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADA: IRAÍDES MARIA LEITE DOS SANTOS – CPF Nº 228.157.673-68

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO Nº. 213/2021 – GJC

Trata-se de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, Regra de Transição da EC nº 41/03, concedida à servidora IRAÍDES MARIA LEITE DOS SANTOS, CPF nº 228.157.673-68, RG nº 708.338-SSP-PI, matrícula nº 0677035, ocupante do cargo de Professor 20 horas, classe “SL”, nível I, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, com arrimo no art. 6º, I, II, III e IV da EC

nº 41/03 e art. 40, § 5º da CF/88. O Ato Concessório foi publicado no D.O.E. Nº 138, em 27 de julho de 2020 (Peça 1, fl.116).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial Nº. 2021RA0507 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno, julgar legal a PORTARIA Nº 1.391/2020 – PIAUÍ PREVIDÊNCIA, em 20 de julho de 2020 (Peça 1, fl.115), concessiva da aposentadoria à requerente, IRAÍDES MARIA LEITE DOS SANTOS nos termos o art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$1.777,55(mil, setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
VENCIMENTO (LC Nº 71/06 C/C LEI Nº 5.589/06, ACRESCENTADA PELO ART. 2º, I DA LEI Nº 7.131/18 (CONFORME DECISÃO DO TJ/PI NO PROC. Nº 2018.0001.002190-1) C/C ART. 1º DA LEI Nº 6.933/16).	R\$1.725,59
Vantagens Remuneratórias (Conforme Lei Complementar nº 33/03)	
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL (ART. 127 DA LC Nº 71/06).	R\$51,96
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$1.777,55

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em Teresina, 11 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)
JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO
- RELATOR -

PROCESSO: TC/012168/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (REGRA DE TRANSIÇÃO DA EC Nº 47/05)

INTERESSADA: MARIA ELISABETE FERRO GOMES MADEIRA CAMPOS, CPF Nº 078.860.633-68

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO Nº. 361/2021 – GJC

PROCESSO: TC/002493/2021

Trata-se de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição (Regra de Transição da EC nº 47/05), concedida à servidora MARIA ELISABETE FERRO GOMES MADEIRA CAMPOS, CPF nº. 078.860.633-68, RG nº 134.993-PI, ocupante do cargo Grupo Ocupacional de Nível Superior – Dentista, Classe “III”, Padrão E, matrícula nº 0039411, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, com arrimo no art. 3º, I II, III e § único da EC nº 47/05. O Ato Concessório foi publicado no D.O.E nº 146, em 12.07.2021 (peça 1, fl. 152).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial Nº. 2021RA0893 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno, julgar legal a PORTARIA GP Nº 0810/2021 –PIAUIPREV, (Peça 1, fl. 150), em 08 de julho de 2021, concessiva da aposentadoria à requerente, MARIA ELISABETE FERRO GOMES MADEIRA CAMPOS, nos termos o art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$4.922,96(quatro mil, novecentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
VENCIMENTO (ART. 18 DA LEI 6.201/12 C/C ART. 1º LEI Nº 6.933/16).	R\$4.913,39
Vantagens Remuneratórias (Conforme Lei Complementar nº 33/03).	
VPNI – LEI Nº 6.201/12 (ARTS. 25 E 26 DA LEI Nº 6.201/12).	R\$9,57
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$4.922,96

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em Teresina, 13 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO
- RELATOR -

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO REFERENTE A IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JOÃO COSTA-PI – EXERCÍCIO DE 2019

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

REPRESENTADO: GILSON CASTRO DE ASSIS – PREFEITO MUNICIPAL

RELATOR: JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

DM Nº 341/2021 - GJV

Relatório:

Tratam os autos de representação pelo Ministério Público de Contas em face do Senhor Gilson Castro de Assis, Prefeito de João Costa - PI, acerca da omissão no dever de prestar as informações solicitadas pelo TCE-PI – peça 01.

O Relator recebeu a presente Representação e determinou a citação do gestor (peça 05) para a apresentação de justificativas sobre os fatos alegados na inicial, tendo sido apresentada defesa em tempo hábil pelo gestor (peça 10), conforme certidão acostada à peça 09.

Por solicitação do MPC (peças 14 e 15), o processo foi enviado à DFAM para análise do contraditório, a qual apresentou relatório constante à peça 17.

Ato contínuo, os autos foram enviados ao MPC para emissão de parecer, tendo o Parquet se manifestado à peça 20.

Fundamentação:

Conforme se verifica nos autos, a presente representação consiste na suposta omissão por parte da Prefeitura Municipal de João Costa do fornecimento de informações requeridas por este Tribunal em questionário quanto aos veículos utilizados na coleta de resíduos, ignorando, assim, tal solicitação.

Em sede de defesa, o ex-gestor aduziu que durante toda a sua gestão, sempre quando solicitadas informações por esta Corte de Contas, o mesmo as fornecia tempestivamente, o que não foi diferente da solicitação em comento.

Como destacado no parecer ministerial, o gestor afirmou ainda que foram encaminhadas todas as informações solicitadas por esta Corte de Contas no dia 01/08/2019, conforme comprovante de encaminhamento anexo à defesa, quando o prazo apenas vencia dia 04/08/2019. Ressaltou que enviou cópia do questionário respondido, também, por E-mail em 06/08/2019 e que se depreende da leitura do questionário que todos os itens foram preenchidos e respondidos, incluindo o item sobre os veículos utilizados para a coleta dos resíduos, objeto da presente representação, tendo sido anexada uma tabela com a listagem dos veículos em planilha (anexada também à defesa), na forma solicitada pelo próprio tribunal.

A DFAM, por sua vez, considerou pertinentes as justificativas expostas pela defesa, pois se verificou *“que, de fato, houve o envio das informações por parte do Município. No entanto, talvez por uma falha do sistema, os anexos não foram localizados, levando a um erro no levantamento dos omissos. Cumpre-nos destacar que, segundo informações do Setor de Informática, dos vinte e um municípios apontados, o problema ocorreu apenas em João Costa – PI. Desta forma, assiste razão ao gestor.”*.

O Ministério Público de Contas, após verificar as informações apresentadas, corrobora com o entendimento da DFAM e adota os mesmos fundamentos por ela apresentados, opinando pela improcedência da representação e consequente arquivamento do processo.

Decisão:

Assim, considerando as informações do órgão técnico e em consonância com o parecer ministerial, determino monocraticamente o arquivamento da presente Representação nos termos do art. 236-A da Resolução tce/pi nº 13/11.

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento.

Teresina, 12 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
JACKSON NOBRE VERAS
Conselheiro Substituto
Relator

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE LUIZ FERNANDO SANTOS MARTINS

INTERESSADA: FRANCINEIDE LIMA DE SOUSA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 342/21 – GJV

Os presentes autos tratam do benefício de Pensão por Morte requerida por FRANCINEIDE LIMA DE SOUSA, CPF nº 985.260.304-34, RG nº 1.423.892-PI, companheira (casamento religioso), devido ao falecimento do Sr. Luiz Fernando Santos Martins, CPF nº 167.461.204-49, RG nº 225.884-PI), outrora ocupante do cargo de Professor, Classe SL, Nível VII, matrícula nº 0765384, da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, falecido em 23/08/19 (certidão de óbito à fl. 1.78).

Considerando a consonância da Informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer ministerial (peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a Portaria Nº 3.423/2019 PIAUÍPREV de 20/12/19 – D.O.E. nº 05 de 08/01/2020, concessiva da pensão por morte à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com benefício composto pelas seguintes parcelas: a) Vencimento (R\$ 3.648,40 – LC nº 71/06 c/c lei 5.589/06, acrescentada pelo art. 2º, I da lei nº 7.131/18 (decisão TJ/PI no processo nº 2018.0001.002190- 1) c/c o art. 1º da Lei nº 6.933/16) e b) Gratificação Adicional (R\$ 90,68 – art. 127 da LC nº 71/06), perfazendo R\$ 3.739,08 (TRÊS MIL SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E OITO CENTAVOS).

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 13 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
JACKSON NOBRE VERAS
CONSELHEIRO SUBSTITUTO
- RELATOR -

PROCESSO: TC/014439/2020

PROCESSO: TC N.º 014.296/20

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE LUIZ FERNANDO SANTOS MARTINS

INTERESSADA: FRANCINEIDE LIMA DE SOUSA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 342/21 – GJV

Os presentes autos tratam do benefício de Pensão por Morte requerida por FRANCINEIDE LIMA DE SOUSA, CPF nº 985.260.304-34, RG nº 1.423.892-PI, companheira (casamento religioso), devido ao falecimento do Sr. Luiz Fernando Santos Martins, CPF nº 167.461.204-49, RG nº 225.884-PI), outrora ocupante do cargo de Professor, Classe SL, Nível VII, matrícula nº 0765384, da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, falecido em 23/08/19 (certidão de óbito à fl. 1.78).

Considerando a consonância da Informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer ministerial (peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a Portaria Nº 3.423/2019 PIAUÍPREV de 20/12/19 – D.O.E. nº 05 de 08/01/2020, concessiva da pensão por morte à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com benefício composto pelas seguintes parcelas: a) Vencimento (R\$ 3.648,40 – LC nº 71/06 c/c lei 5.589/06, acrescentada pelo art. 2º, I da lei nº 7.131/18 (decisão TJ/PI no processo nº 2018.0001.002190- 1) c/c o art. 1º da Lei nº 6.933/16) e b) Gratificação Adicional (R\$ 90,68 – art. 127 da LC nº 71/06), perfazendo R\$ 3.739,08 (TRÊS MIL SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E OITO CENTAVOS).

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 13 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
JACKSON NOBRE VERAS
CONSELHEIRO SUBSTITUTO
- RELATOR -

ATO PROCESSUAL: DM N.º 080/2021 - PN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIACÃO: PORTARIA GP N.º 1.169/2019, DE 03.06.2019.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR. JORGE DIÊGO MANUEL FERREIRA DE CARVALHO

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte concedida ao Sr. Jorge Diêgo Manuel Ferreira de Carvalho, portador do CPF-MF nº 029.950.913-33, na condição de filho inválido do Sr. Jorge Manoel de Carvalho portador do CPF-MF nº 374.970.813-49 e inscrito sob matrícula nº 014.3567, outrora ocupante da patente de 3º Sargento da Polícia Militar do Estado do Piauí, cujo óbito ocorreu em 20.01.2019.

2. Após a análise dos autos, a Divisão de Fiscalização de Aposentadorias e Pensões - DFAP, unidade integrante da Secretaria do Tribunal, apresentou relatório com as seguintes constatações:

a) o interessado implementou os requisitos necessários a fruição do benefício que lhe fora concedido (pç. 3);

b) os proventos da pensão perfazem o montante de R\$ 3.640,86 (Três mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos) mensais e compreendem as seguintes parcelas (pç. 1):

b.1) R\$ 3.593,12 Subsídio (Lei Estadual nº 6.173/12 c/c Lei Estadual nº 6.933/16);

b.2) R\$ 47,74 VPNI – Gratificação por Curso de Polícia Militar (Lei Estadual nº 5.378/04 c/c Lei Estadual nº 6.173/12).

3. Ao final, o órgão de instrução recomendou o registro do ato concessório de Pensão por Morte requerida pelo Sr. Jorge Diêgo Manuel Ferreira de Carvalho.

4. Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, o qual emitiu parecer opinando pelo Registro do ato concessório de pensão por morte do interessado, *em face do atendimento dos requisitos necessários à concessão do benefício e da regularidade da composição dos proventos* (pç. 4).

5. É o relatório. Passo a decidir.

6. Razão jurídica assiste ao Ministério Público de Contas.

7. O exame dos autos demonstra que o interessado preencheu todos os requisitos necessários à fruição do benefício de pensão por morte que lhe fora concedido, os quais encontram amparo no art. 42, § 2º da CF/88.

8. Ademais, não se constata vícios relativos à composição dos proventos.

9. Isto posto, DECIDO, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro da Portaria GP nº 1.169/2019, que concede Pensão por Morte no valor mensal de R\$ 3.640,86 (Três mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos) ao interessado, Sr. Jorge Diêgo Manuel Ferreira de Carvalho, já qualificado nos autos.

10. Publique-se.

Teresina (PI), 10 de agosto de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

PROCESSO: TC N.º 004.732/21

ATO PROCESSUAL: DM N.º 079/2021 - PN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIAÇÃO: PORTARIA GP N.º 2.937/2019, DE 17.10.2019.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR.ª RAIMUNDA NONATA DA SILVA

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte concedida à Sr.ª Raimunda Nonata da Silva, portadora do CPF-MF nº 078.054.383-15, na condição de viúva do Sr. Washington da Silva, portador do CPF-MF nº 105.902.503-53, outrora ocupante do cargo de Agente Técnico de Serviços, Nível “D”, Classe “I”, do quadro de pessoal da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Piauí, cujo óbito ocorreu em 19.03.2018.

2. Após a análise dos autos, a Divisão de Fiscalização de Aposentadorias e Pensões - DFAP, unidade integrante da Secretaria do Tribunal, apresentou relatório com as seguintes constatações:

a) a interessada implementou os requisitos necessários a fruição do benefício que lhe fora concedido (pç. 3);

b) os proventos da pensão, compostos por parcela única, perfazem o montante de R\$ 960,97 (Novecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) mensais e possuem fundamento no art. 40, § 8º da CF/88 c/c Decreto nº 16.450/16 (pç. 1).

3. Ao final, o órgão de instrução recomendou o registro do ato concessório de Pensão por Morte requerida pela Sr.ª Raimunda Nonata da Silva.

4. Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, o qual emitiu parecer opinando pelo Registro do ato concessório de pensão por morte da interessada, *em face do atendimento dos requisitos necessários à concessão do benefício e da regularidade da composição dos proventos* (pç. 4).

5. É o relatório. Passo a decidir.

6. Razão jurídica assiste ao Ministério Público de Contas.

7. O exame dos autos demonstra que a interessada preencheu todos os requisitos necessários à fruição do benefício de pensão por morte que lhe fora concedido, os quais encontram amparo no art. 40, § 7º, I da CF/88.

8. Ademais, não se constata vícios relativos à composição dos proventos.

9. Isto posto, DECIDO, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro da Portaria GP nº 2.937/2019, que concede Pensão por Morte no valor mensal de R\$ 960,97 (Novecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) à interessada, Sr.ª Raimunda Nonata da Silva, já qualificada nos autos.

10. Publique-se.

Teresina (PI), 10 de agosto de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

PROCESSO: TC N.º 014.397/20

ATO PROCESSUAL: DM N.º 078/2021 - PN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIACÃO: PORTARIA GP N.º 2.529/2019, DE 27.08.2019.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR.ª ANTÔNIA FERREIRA LIMA SANTOS

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte concedida à Sr.ª Antônia Ferreira Lima Santos, portadora do CPF-MF n.º 831.262.103-25, na condição de viúva do Sr. Altino de França Santos, portador do CPF-MF n.º 159.669.253-72 e inscrito sob matrícula n.º 0112496, outrora ocupante da patente de Cabo, do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Piauí, cujo óbito ocorreu em 27.06.2019.

2. Após a análise dos autos, a Divisão de Fiscalização de Aposentadorias e Pensões - DFAP, unidade integrante da Secretaria do Tribunal, apresentou relatório com as seguintes constatações:

a) a interessada implementou os requisitos necessários a fruição do benefício que lhe fora concedido (pç. 3);

b) os proventos da pensão perfazem o montante de R\$ 3.534,28 (Três mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos) mensais e compreendem as seguintes parcelas (pç. 1):

b.1) R\$ 3.486,54 Subsídio (Lei Estadual n.º 6.173/12 c/c Lei Estadual n.º 6.933/16);

b.2) R\$ 47,74 VPNI – Gratificação por Curso de Polícia Militar (Lei Estadual n.º 5.378/04 c/c Lei Estadual n.º 6.173/12).

3. Ao final, o órgão de instrução recomendou o registro do ato concessório de Pensão por Morte requerida pela Sr.ª Antônia Ferreira Lima Santos.

4. Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, o qual emitiu parecer opinando pelo Registro do ato concessório de pensão por morte da interessada, *em face do atendimento dos requisitos necessários à concessão do benefício e da regularidade da composição dos proventos* (pç. 4).

5. É o relatório. Passo a decidir.

6. Razão jurídica assiste ao Ministério Público de Contas.

7. O exame dos autos demonstra que a interessada preencheu todos os requisitos necessários à fruição do benefício de pensão por morte que lhe fora concedido, os quais encontram amparo no art. 42, § 2º da CF/88.

8. Ademais, não se constata vícios relativos à composição dos proventos.

9. Isto posto, DECIDO, nos termos do art. 23, da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI n.º 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro da Portaria GP n.º 2.529/2019, que concede Pensão por Morte no valor mensal de R\$ 3.534,28 (Três mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos) à interessada, Sr.ª Antônia Ferreira Lima Santos, já qualificada nos autos.

10. Publique-se.

Teresina (PI), 10 de agosto de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

PROCESSO: TC N.º 014.409/20

ATO PROCESSUAL: DM N.º 081/2021 - PN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIACÃO: PORTARIA GP N.º 2.997/2019, DE 18.10.2019.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR.ª MARIA HELENA BARBOSA LOPES MARTINS

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte concedida à Sr.^a Maria Helena Barbosa Lopes Martins, portadora do CPF-MF n.º 429.082.483-87, na condição de viúva do Sr. Inácio Gomes Martins, portador do CPF-MF n.º 065.282.283-53, outrora ocupante da patente de 3º Sargento-PM, do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Piauí, cujo óbito ocorreu em 31.08.2019.

2. Após a análise dos autos, a Divisão de Fiscalização de Aposentadorias e Pensões - DFAP, unidade integrante da Secretaria do Tribunal, apresentou relatório com as seguintes constatações:

a) a interessada implementou os requisitos necessários a fruição do benefício que lhe fora concedido (pç. 3);

b) os proventos da pensão perfazem o montante de R\$ 3.697,20 (Três mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte centavos) mensais e compreendem as seguintes parcelas (pç. 1):

b.1) R\$ 3.593,12 Subsídio (Lei Estadual n.º 7.081/17 c/c Lei Estadual n.º 6.933/16);

b.2) R\$ 104,08 VPNI – Gratificação por Curso de Polícia Militar (LC Estadual n.º 5.378/04 c/c Lei Estadual n.º 6.173/12).

3. Ao final, o órgão de instrução recomendou o registro do ato concessório de Pensão por Morte requerida pela Sr.^a Maria Helena Barbosa Lopes Martins.

4. Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, o qual emitiu parecer opinando pelo Registro do ato concessório de pensão por morte da interessada, *em face do atendimento dos requisitos necessários à concessão do benefício e da regularidade da composição dos proventos* (pç. 4).

5. É o relatório. Passo a decidir.

6. Razão jurídica assiste ao Ministério Público de Contas.

7. O exame dos autos demonstra que a interessada preencheu todos os requisitos necessários à fruição do benefício de pensão por morte que lhe fora concedido, os quais encontram amparo no art. 42, § 2º da CF/88.

8. Ademais, não se constata vícios relativos à composição dos proventos.

9. Isto posto, DECIDO, nos termos do art. 23, da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI n.º 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro da Portaria GP n.º 2.997/2019, que concede Pensão por Morte no valor mensal de R\$ 3.697,20 (Três mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte centavos) à interessada, Sr.^a Maria Helena Barbosa Lopes Martins, já qualificada nos autos.

10. Publique-se.

Teresina (PI), 11 de agosto de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

ATO PROCESSUAL: DM N.º 082/2021 - PN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIACÃO: PORTARIA GP N.º 1.590/2019, DE 03.07.2019.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR.^a ANTÔNIA MARIA DA SILVA AZEVEDO

SR.^a REIJANE DA SILVA AZEVEDO

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte concedida à Sr.^a Antônia Maria da Silva Azevedo, portadora do CPF-MF n.º 489.970.213-20, e à Sr.^a Reijane da Silva Azevedo, portadora do CPF-MF n.º 858.794.873-34, na condição de viúva e filha inválida, respectivamente, do Sr. José Francisco da Costa Azevedo, portador do CPF-MF n.º 226.243.093-49 e inscrito sob matrícula n.º 0591149, outrora ocupante do cargo de Professor 40 horas, Classe “A”, Padrão “III”, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação do Estado do Piauí, cujo óbito ocorreu em 08.03.2019.

2. Após a análise dos autos, a Divisão de Fiscalização de Aposentadorias e Pensões - DFAP, unidade integrante da Secretaria do Tribunal, apresentou relatório com as seguintes constatações:

a) as interessadas implementaram os requisitos necessários a fruição do benefício que lhes fora concedido (pç. 3);

b) os proventos da pensão perfazem o montante de R\$ 2.775,92 (Dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos) mensais e compreendem as seguintes parcelas (pç. 1):

b.1) R\$ 2.669,53 Vencimento (LC Estadual n.º 71/06 c/c Lei Estadual n.º 5.589/06);

b.2) R\$ 106,39 Gratificação Adicional (LC Estadual n.º 71/06).

3. O valor dos proventos deverá ser rateado entre as requerentes, na proporção de 50% (cinquenta por cento), totalizando R\$ 1.387,96 (Um mil, trezentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos), para cada.

4. Ao final, o órgão de instrução recomendou o registro do ato concessório de Pensão por Morte requerida pelas Srs. Antônia Maria da Silva Azevedo e Reijane da Silva Azevedo.

5. Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, o qual emitiu parecer opinando pelo Registro do ato concessório de pensão por morte das interessadas, *em face do atendimento dos requisitos necessários à concessão do benefício e da regularidade da composição dos proventos (pç. 4).*

6. É o relatório. Passo a decidir.

7. Razão jurídica assiste ao Ministério Público de Contas.

8. O exame dos autos demonstra que as interessadas preencheram todos os requisitos necessários à fruição do benefício de pensão por morte que lhes fora concedido, os quais encontram amparo no art. 40, § 7º, I da CF/88.

9. Ademais, não se constata vícios relativos à composição dos proventos.

10. Isto posto, DECIDO, nos termos do art. 23, da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI n.º 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro da Portaria GP n.º 2.926/2019, que concede Pensão por Morte no valor mensal de R\$ 2.775,92 (Dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos) às interessadas, Srs. Antônia Maria da Silva Azevedo e Reijane da Silva Azevedo, já qualificadas nos autos.

11. Publique-se.

Teresina (PI), 11 de agosto de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

PROCESSO: TC N.º 008.753/20

ATO PROCESSUAL: DM N.º 083/2021 - PN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA GP N.º 1.273/2020, DE 25.06.2020.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR. ADAUTO LEANDRO DOS SANTOS

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte concedida ao Sr. Adauto Leandro dos Santos, portador do CPF-MF n.º 066.803.213-87, na condição de viúvo da Sr.ª Elenice Maria Carvalho dos Santos, portadora do CPF-MF n.º 340.623.193-49 e inscrita sob matrícula n.º 0052027, outrora ocupante do cargo de Agente Executiva de Contabilidade Orçamentária, do quadro de pessoal do Departamento de Estradas e Rodagens – DER PI, cujo óbito ocorreu em 09.03.2020.

2. Após a análise dos autos, a Divisão de Fiscalização de Aposentadorias e Pensões - DFAP, unidade integrante da Secretaria do Tribunal, apresentou relatório com as seguintes constatações:

a) o interessado implementou os requisitos necessários a fruição do benefício que lhe fora concedido (pç. 3);

b) os proventos da pensão perfazem o montante de R\$ 1.830,96 (Um mil, oitocentos e trinta reais e noventa e seis centavos) mensais e compreendem as seguintes parcelas (pç. 1):

b.1) R\$3.013,12 Proventos (Lei Estadual n.º 6.846/16 c/c Lei Estadual n.º 6.933/16);

b.2) R\$ 856,76 VPNI (Lei Estadual n.º 6.846/16);

b.3) R\$ 275,80 Gratificação Adicional (Lei Estadual n.º 6.846/16 c/c LC Estadual n.º 33/03);

b.4) R\$4.145,68 Total;

b.5) R\$1.045,00 1ª Faixa (até um salário mínimo 100%);

b.6) R\$ 627,00 2ª Faixa (60% do valor que exceder a um salário mínimo, limitado a dois salários mínimos);

b.7) R\$ 158,96 3ª Faixa (40% do valor que exceder a dois salários mínimos, limitado a três salários mínimos);

b.8) R\$1.830,96 Valor do Benefício para Rateio.

3. Ao final, o órgão de instrução recomendou o registro do ato concessório de Pensão por Morte requerida pelo Sr. Adauto Leandro dos Santos.

4. Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, o qual emitiu parecer opinando pelo Registro do ato concessório de pensão por morte do interessado, *em face do atendimento dos requisitos necessários à concessão do benefício e da regularidade da composição dos proventos (pç. 4).*

5. É o relatório. Passo a decidir.

6. Razão jurídica assiste ao Ministério Público de Contas.

7. O exame dos autos demonstra que o interessado preencheu todos os requisitos necessários à fruição do benefício de pensão por morte que lhe fora concedido, os quais encontram amparo no art. 40, §§ 6º e 7º da CF/88.

8. Ademais, não se constata vícios relativos à composição dos proventos.

9. Isto posto, DECIDO, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro da Portaria GP nº 1.273/2020, que concede Pensão por Morte no valor mensal de R\$ 1.830,96 (Um mil, oitocentos e trinta reais e noventa e seis centavos) ao interessado, Sr. Adauto Leandro dos Santos, já qualificado nos autos.

10. Publique-se.

Teresina (PI), 11 de agosto de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

PROCESSO: TC N.º 007.717/21

ATO PROCESSUAL: DM N.º 084/2021 - PN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA GP N.º 1.922/2020, DE 27.11.2020.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR.ª MARIA DO SOCORRO LEITE NELSON

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte concedida à Sr.ª Maria do Socorro Leite Nelson, portadora do CPF-MF nº 208.032.813-15, na condição de companheira do

Sr. Irisvaldo de Carvalho Vieira, portador do CPF-MF nº 011.398.513-49 e inscrito sob matrícula nº 45, outrora ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo, Nível PL-ATL-L, vinculado ao Secretário Geral da Mesa – Sec.Red.Ver.Deb-Sector Reg.TAQ-H2, do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, cujo óbito ocorreu em 21.06.2020.

2. Após a análise dos autos, a Divisão de Fiscalização de Aposentadorias e Pensões - DFAP, unidade integrante da Secretaria do Tribunal, apresentou relatório com as seguintes constatações:

a) a interessada implementou os requisitos necessários a fruição do benefício que lhe fora concedido (pç. 3);

b) os proventos da pensão perfazem o montante de R\$ 8.267,28 (Oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos) mensais e compreendem as seguintes parcelas (pç. 1):

b.1) R\$ 2.544,28 Vencimento (Lei Estadual nº 5.726/08 c/c Lei Estadual nº 6.388/13);

b.2) R\$ 884,40 GDF – Gratificação de Desempenho Funcional (Lei Estadual nº 5.577/06);

b.3) R\$10.350,12 Vantagem Pessoal (Lei Estadual nº 5.726/08 c/c LC Estadual nº 6.468/13);

b.4) R\$13.778,80 Total;

b.5) R\$ 6.889,40 Valor da Cota Familiar (equivalente a 50% do Valor da Aposentadoria);

b.6) R\$ 6.101,06 Valor da Aposentadoria Limitada ao Teto do RGPS;

b.7) R\$ 1.377,88 Acréscimo de 10% da cota parte (referente a 1 dependente);

b.8) R\$ 8.267,28 Valor Total do Proventos da Pensão por Morte.

3. Ao final, o órgão de instrução recomendou o registro do ato concessório de Pensão por Morte requerida pela Sr.ª Maria do Socorro Leite Nelson.

4. Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, o qual emitiu parecer opinando pelo Registro do ato concessório de pensão por morte da interessada, *em face do atendimento dos requisitos necessários à concessão do benefício e da regularidade da composição dos proventos* (pç. 4).

5. É o relatório. Passo a decidir.

6. Razão jurídica assiste ao Ministério Público de Contas.

7. O exame dos autos demonstra que o interessado preencheu todos os requisitos necessários à fruição do benefício de pensão por morte que lhe fora concedido, os quais encontram amparo no art. 40, §7º da CF/88.

8. Ademais, não se constata vícios relativos à composição dos proventos.

9. Isto posto, DECIDO, nos termos do art. 23, da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro da Portaria GP n.º 1.922/2020, que concede Pensão por Morte no valor mensal de R\$ 8.267,28 (Oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos) à interessada, Sr.ª Maria do Socorro Leite Nelson, já qualificado nos autos.

10. Publique-se.

Teresina (PI), 11 de agosto de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

PROCESSO: TC N.º 007.734/21

ATO PROCESSUAL: DM N.º 085/2021 - PN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA GP N.º 02.58/2021, DE 23.02.2021.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADOS: SR.ª MÁRCIA MARIA LOPES VIEIRA DA SILVA

SR.ª PAULA MÁRCIA KTYERE FRANCO DA SILVA

SR.ª MARCELA VIEIRA DA SILVA

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte concedida à Sr.ª Márcia Maria Lopes Vieira da Silva, portadora do CPF-MF n.º 395.141.533-91, Sr.ª Paula Márcia Ktyere Franco da Silva, portadora do CPF-MF n.º 082.073.873-51, e Sr.ª Marcela Vieira da Silva, portadora do CPF-MF n.º 082.073.793-32, na condição de viúva e filhas menores, respectivamente, do Sr. Márcio Vieira

da Silva, portador do CPF-MF n.º 463.204.313-34 e inscrito sob matrícula n.º 0828742, outrora ocupante da patente de Cabo, vinculado ao BPRONE, do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Piauí, cujo óbito ocorreu em 09.07.2020.

2. Após a análise dos autos, a Divisão de Fiscalização de Aposentadorias e Pensões - DFAP, unidade integrante da Secretaria do Tribunal, apresentou relatório com as seguintes constatações:

a) as interessadas implementaram os requisitos necessários a fruição do benefício que lhe fora concedido (pç. 3);

b) os proventos da pensão perfazem o montante de R\$ 2.565,52 (Dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) mensais e compreendem as seguintes parcelas (pç. 1):

b.1) R\$ 3.526,64 Subsídio (Lei Estadual n.º 6.173/12 c/c Lei Estadual n.º 6.933/16);

b.2) R\$ 47,74 VPNI – Gratificação por Curso de Polícia Militar (LC Estadual n.º 5.378/04);

b.3) R\$ 1.603,45 Valor da Cota Familiar (equivalente a 50% do Valor da Média Aritmética);

b.4) R\$ 962,07 Acréscimo de 10% da cota parte (referente a 1 dependente);

b.5) R\$ 2.565,52 Valor Total do Provento de Pensão por Morte.

3. Ressalte-se que os proventos deverão ser rateados entre as requerentes resultando em R\$ 855,17 (Oitocentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos) mensais para cada.

4. Ao final, o órgão de instrução recomendou o registro do ato concessório de Pensão por Morte requerida pelas Srs. Márcia Maria Lopes Vieira da Silva, Paula Márcia Ktyere Franco da Silva e Marcela Vieira da Silva.

5. Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, o qual emitiu parecer opinando pelo Registro do ato concessório de pensão por morte das interessadas, *em face do atendimento dos requisitos necessários à concessão do benefício e da regularidade da composição dos proventos* (pç. 4).

6. É o relatório. Passo a decidir.

7. Razão jurídica assiste ao Ministério Público de Contas.

8. O exame dos autos demonstra que as interessadas preencheram todos os requisitos necessários à fruição do benefício de pensão por morte que lhe fora concedido, os quais encontram amparo no art. 42, § 2º da CF/88.

9. Ademais, não se constata vícios relativos à composição dos proventos.

10. Isto posto, DECIDO, nos termos do art. 23, da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o parecer do Ministério

Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro da Portaria GP n.º 3.049/2019, que concede Pensão por Morte no valor mensal de R\$ 2.565,52 (Dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) às interessadas, Srs. Márcia Maria Lopes Vieira da Silva, Paula Márcia Ktyere Franco da Silva e Marcela Vieira da Silva, já qualificadas nos autos.

11. Publique-se.

Teresina (PI), 12 de agosto de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

PROCESSO: TC N.º 012.389/21

ATO PROCESSUAL: DM N.º 211/2021 - AP

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA GP N.º 0539/2021, DE 15.07.2021.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR. ANTÔNIO JOSÉ MONTEIRO NETO

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Aposentadoria por Tempo de Contribuição concedida ao Sr. Antônio José Monteiro Neto, portador do CPF-MF n.º 075.942.428-40 e inscrito sob matrícula n.º 0745847, ocupante do cargo de Agente Técnico de Serviços, Classe E, Padrão III, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação do Estado do Piauí.

2. Após a análise dos autos, a Divisão de Fiscalização de Aposentadorias e Pensões - DFAP, unidade integrante da Secretaria do Tribunal, apresentou relatório com as seguintes constatações:

a) o interessado implementou os requisitos necessários a fruição do benefício que lhe fora concedido (pç. 3);

b) os proventos de aposentadoria perfazem o montante de R\$ 1.900,65 (Um mil e novecentos reais e sessenta e cinco centavos) e compreendem as seguintes parcelas (pç. 1):

b.1) R\$ 1.856,91 Vencimento (LC Estadual n.º 71/06 c/c Lei Estadual n.º 5.589/06);

b.2) R\$ 43,74 Gratificação Adicional (LC Estadual n.º 13/94).

3. Ao final, o órgão de instrução recomendou o registro do ato concessório de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao Sr. Antônio José Monteiro Neto.

4. Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, o qual emitiu parecer opinando pelo Registro do ato concessório de aposentadoria do servidor, *em face do atendimento dos requisitos necessários à concessão do benefício e da regularidade da composição dos proventos* (pç. 4).

5. É o relatório. Passo a decidir.

6. Razão jurídica assiste ao Ministério Público de Contas.

7. O exame dos autos demonstra que o interessado preencheu todos os requisitos necessários à fruição do benefício de aposentadoria que lhe fora concedido, os quais encontram amparo na regra de transição por pedágio do art. 49, I, II, III e IV c/c § 2º, I e § 3º, I do ADCT da CE/89, acrescentado pela EC n.º 54/2019.

8. Ademais, não se constata vícios relativos à composição dos proventos.

9. Isto posto, DECIDO, nos termos do art. 23, da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI n.º 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro da Portaria GP n.º 0539/2021, que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, no valor mensal de R\$ 1.900,65 (Um mil e novecentos reais e sessenta e cinco centavos) ao interessado, Sr. Antônio José Monteiro Neto, já qualificado nos autos.

10. Publique-se.

Teresina (PI), 11 de agosto de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator